

1.1.4. O Contratado deverá disponibilizar ao Contratante, um estrutura de triagem , composta por barracão, maquinários e equipamentos, bem como deverá disponibilizar um estrutura individual para montagem de escritório com fornecimento de: moveis, computadores, e demais equipamentos necessários para a rotina diária, para que Administração Municipal faça a gestão, manutenção e custeio deles e os utiliza como ferramentas de políticas públicas em prol dos catadores egressos do antigo aterro sanitário-COOPERATIVA DE CATADORES DE MATERIAS RECICLAVEIS-COOPERVIDA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. Com as alterações realizadas na cláusula anterior, o valor total da contratação passa de R\$ 35.679.373,18 (trinta e cinco milhões, seiscentos e setenta e nove mil, trezentos e setenta e três reais e dezoito centavos), para **R\$ 37.271.931,24** (trinta e sete milhões, duzentos e setenta um mil, novecentos e trinta e um reais e vinte e quatro centavos), conforme especificado abaixo:

Onde se lê:

ITEM	CÓD. TCE	DESCRIÇÃO	UNIDADE QUANTID.	VALOR UNIT. / TON.	VALOR UNIT. / TON. MÊS	VALOR TOTAL. / TON. 12 MESES
1	6608	EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DOMICILIARES, COMERCIAIS E RESÍDUOS	TON / MÊS 23.000,55	R\$ 129,27	R\$ 2.973.281,10	R\$ 35.679.373,18

Leia-se:

VALORES ATUALIZADOS CONFORME 1º TERMO ADITIVO (REAJUSTE DE 4,46% DE ACORDO COM O IPCA-IBGE)						
ITEM	CÓD. TCE	DESCRIÇÃO	UNIDADE QUANTID.	VALOR UNIT. / TON.	VALOR UNIT. / TON. MÊS	VALOR TOTAL. / TON. 12 MESES
1	6608	EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DOMICILIARES, COMERCIAIS E RESÍDUOS	TON / MÊS 23.000,55	R\$ 135,04	R\$ 3.105.994,27	R\$ 37.271.931,24

CLÁUSULA TERCEIRA – AMPARO LEGAL

3.1. O presente instrumento é decorrente do que consta no **Processo Administrativo nº 176937/2025** vinculado ao **Contrato nº 457/2024**, proveniente da Concorrência Eletrônica nº **010/2024/PMC** que tem por objeto a “contratação de empresa para execução de serviço de destinação final dos resíduos sólidos domiciliares, comerciais e resíduos de limpeza urbana do município de Cuiabá-MT em aterro sanitário devidamente licenciado.”, com respaldo no **Parecer Jurídico Nº 0854/PLC/PGM/2025**, amparado legalmente nos artigos 107 e 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ratificam-se as demais cláusulas e condições do contrato original não alteradas pelo presente Termo Aditivo, incluindo a dotação orçamentária.

4.2E assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, que após lido e achado conforme, vai por elas assinado para que produza os efeitos de direito, na presença de testemunhas abaixo identificadas.

Cuiabá/MT, de 10 de dezembro 2025.

CONTRATANTE:

FELIPE TANAHASHI ALVES

EMPRESA CUIABANA DE ZELADORIA E SERVIÇOS URBANOS - LIMPURB

CONTRATADA:

CENTRO DE GERENCIAMENTO DE RESIDUAIS CUIABÁ LIMITADA

CNPJ/MF sob o nº 06.211.613/0001-34

REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS:

01) 02)

Câmara Municipal de Cuiabá

Secretaria de Apoio Legislativo

Leis Ordinárias

LEI Nº 7.468 DE 13 DE JANEIRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A POSSIBILIDADE DE CONVERSÃO DO PAGAMENTO DE MULTAS DE TRÂNSITO DE NATUREZA LEVE, APLICADAS PELO MUNICÍPIO DE CUIABÁ, EM DOAÇÃO DE SANGUE E DE MEDULA ÓSSEA.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ - MT: **Faço saber que, decorrido o prazo legal**, e em conformidade com os §§ 3º e 7º do artigo 150 do Regimento Interno e § 8º do artigo 29 da **Lei Orgânica do Município de Cuiabá – MT** promulgo a seguinte Lei:



Autenticar documento em <https://legislativo.camaraacuiaba.mt.gov.br/autenticidade> com o identificador 3100360039003500390038003A00540052004100. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Gazeta Municipal de Cuiabá – Quinta-feira, 22 de Janeiro de 2026

Art. 1º Fica estabelecida, no âmbito do Município de Cuiabá, a possibilidade de conversão do pagamento de multas de trânsito de natureza leve, impostas pela autoridade de trânsito municipal, em doação de sangue ou de medula óssea a unidades oficiais de hemoterapia, nos termos desta Lei.

Parágrafo único - O caput desse artigo não será aplicado às multas decorrentes de infração cometida por veículo licenciado em outro Estado.

Art. 2º O direito previsto nesta Lei será facultativo, cabendo ao condutor optar entre a doação de sangue, a doação de medula óssea ou o pagamento tradicional da multa.

Art. 3º Caberá à autoridade de trânsito do Município de Cuiabá regulamentar quais infrações poderão ser sanadas mediante doação de sangue ou de medula óssea, observando critérios técnicos e legais, limitadas a 2 (duas) por ano, para cada condutor.

Art. 4º O condutor, munido do comprovante de doação de sangue ou de medula óssea, deverá dirigir-se ao órgão competente para solicitar a conversão da penalidade, conforme previsto nesta Lei.

Parágrafo único. O comprovante de doação deverá ser emitido no ato da doação e conter as seguintes informações: nome completo do doador, CPF, data da doação, identificação da unidade de hemoterapia ou de medula óssea, carimbo oficial e assinatura do responsável técnico.

Art. 5º O não cumprimento das exigências estabelecidas pela autoridade municipal de trânsito implicará a perda do direito à conversão da penalidade, devendo o infrator quitar a multa conforme os meios previstos na legislação vigente.

Art. 6º Esta Lei trata exclusivamente da competência do Município de Cuiabá, não interferindo nas sanções de trânsito impostas pelo Estado ou pelo Governo Federal. O pagamento de multas de trânsito de competência estadual ou federal não será passível de conversão conforme disposto nesta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação.

Palácio Paschoal Moreira Cabral, em Cuiabá-MT, em 13 de janeiro de 2026.

VEREADORA PAULA CALIL

PRESIDENTE

Secretaria de Gestão de Pessoas

Portarias

PORTARIA N.º 23/2026

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO REGIMENTO INTERNO,

Considerando o requerimento constante no protocolo n.º 134/2026;

Considerando a Instrução Normativa SGP n.º 014/2022 – versão 02;

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder 1 (um) dia de folga compensatória a servidora **Mayara Rosane da Cruz Oliva**, Técnico Legislativo, matrícula 8552, a ser usufruída no dia 19 de fevereiro de 2026, referente ao saldo de banco de horas, conforme art. 6.4 da Instrução Normativa SGP n.º 014/2022 – versão 02.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMpra-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA

MUNICIPAL DE CUIABÁ.

EM CUIABÁ – MT, 20 DE JANEIRO DE 2026.

VEREADORA PAULA PINTO CALIL

PRESIDENTE

PORTARIA N.º. 24/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO REGIMENTO INTERNO,

Considerando o protocolo n.º 69/2026,

R E S O L V E:

Art. 1º Homologar o resultado da **avaliação** em **Estágio Probatório** da servidora **Laura Karolyne Borges Pinto Costa**, aprovada em Concurso Público Edital n.º 001-CMC, de 28/12/2020, realizada pela Comissão designada pela Portaria n.º 514/2024 de 03 de setembro de 2024, confirmando a permanência do servidor no serviço público municipal, conforme boletim de avaliação:

Servidor	Cargo	Avaliação	Nota	Data da Ata de Reunião da Comissão
Laura Karolyne Borges Pinto Costa	Analista Legislativo	5ª	10	19/01/2026

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMpra-SE. GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ.

EM CUIABÁ – MT, 21 DE JANEIRO DE 2026.

VEREADORA PAULA PINTO CALIL, PRESIDENTE